



PSD p.11

A coligação está a perturbar os projectos presidenciais da oposição



PSD p.12

“O Partido Socialista propõe uma mão cheia de nada”

POVO LIVRE



nº 1875

13 de Maio de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

41 ANOS POR PORTUGAL



Cerimónia do 41.º aniversário do PSD e encerramento das comemorações dos “40 Anos de Democracia, 40 Anos de PSD”, na Aula Magna, em Lisboa

41 anos por Portugal



Encerramento das comemorações dos 40 anos iniciadas há 365 dias, celebração dos 41 anos da fundação do Partido Social Democrata. A Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa recebeu, dia 6 de Maio de 2015, estes dois momentos. Sala cheia, com 2500 pessoas, várias intervenções musicais e vídeos sobre a história do Partido, fundado a 6 de Maio de 1974. A abrir, o discurso do militante número 1, fundador do PPD/PSD e presidente da Comissão Coordenadora das Comemorações dos 40 anos do PSD, Francisco Pinto Balsemão. O fundador foi homenageado de pé pelos sociais-democratas numa cerimónia que contou com a presença, na primeira fila, de outros cinco antigos líderes do PSD: Marcelo Rebelo de Sousa, Durão Barroso, Luís Marques Mendes, Pedro Santana Lopes e Manuela Ferreira Leite.

“Celebrar o passado e reivindicar a nossa participação na edificação do Portugal democrático e europeu que hoje temos” foi o primeiro objectivo enunciado por Francisco Pinto Balsemão, a que juntou mais dois objectivos: “Assinalar o nosso papel relevante, no presente, na travessia da tempestade quase perfeita em que o nosso país havia sido envolvido” e “Apontar caminhos para a social-democracia no século XXI”. Pinto Balsemão, que presidiu a uma Comissão Coordenadora, assinalou “o espírito construtivo” das 26 reuniões que culminaram nesta sessão de encerramento. O militante número 1 destacou ainda a adesão de seis mil novos militantes ao partido mais português de Portugal durante o último ano. É a prova, como declarava Pinto Balsemão ao “Povo Livre” Especial, de 6 de Maio de 2015, que o “Partido está vivo”.

Reformar a Segurança Social, reduzir a despesa e baixar impostos foram alguns dos “doze desafios para o futuro” apresentados na quarta-feira à noite ao PSD por Francisco Pinto Balsemão. Ressalvando não querer imiscuir-se “em qualquer programa eleitoral”, Balsemão apresentou estes “doze desafios”, enquadrados em “cinco bandeiras”, na qualidade de presidente da Comissão Coordenadora das Comemorações dos 40 anos do PSD. “Se o nosso partido desfraldar estas cinco bandeiras e aceitar e vencer estes doze desafios, demonstrará ainda claramente que o PSD existe por si próprio, independentemente das ligações que, em cada momento histórico, tenha de fazer”, considerou.

Reformar o sistema político, reformar o Estado, reforçar a competitividade económica aumentando as exportações para 50 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e remover os obstáculos à natalidade foram outros dos desafios elencados por Balsemão, e inscritos num documento que entregou ao presidente do PSD, Pedro Passos Coelho.



A lista inclui ainda combater a desertificação do interior, apostar na inovação empresarial, desenvolver a economia verde, investir no crescimento azul, reforçar a coesão social e exercer uma clara opção europeia.

Estes “doze desafios para o futuro” foram enquadrados nas seguintes “cinco bandeiras”: Libertar a sociedade civil, promover o crescimento sustentável e a competitividade, garantir a igualdade de oportunidades à partida, modernizar o Estado e afirmar Portugal no mundo.

Pinto Balsemão referiu que foi Passos Coelho quem pediu à Comissão Coordenadora das Comemorações dos 40 anos do PSD que apresentasse “uma lista de temas, que envolviam áreas cruciais” e que procurasse “tirar conclusões e apresentar recomendações”. Esta comissão, presidida por Francisco Pinto Balsemão, tem também como membros os sociais-democratas Marco António Costa, José Matos Rosa, Carlos Coelho, Albino Soares, Luís Marques Mendes, Carlos Pimenta, Cândida Oliveira, Alexandre Relvas, António Ramalho e Maria do Céu Ramos.

No seu discurso, Balsemão prestou, “a título pessoal, uma homenagem a Pedro Passos Coelho, uma homenagem à sua perseverança, à sua capacidade de trabalho, à sua coerência e à sua boa-educação”, e recebeu palmas quando expressou que não concorda muitas vezes com o Primeiro-Ministro, mas não o apregoa “na praça pública”.

Francisco Pinto Balsemão é “o mais consensual elemento de referência”

O presidente do PSD e Primeiro-Ministro começou por homenagear o único fundador ainda vivo, Pinto Balsemão como “aquele que é de entre todos o mais consensual elemento de referência” da história do PSD e “da herança dos valores da social-democracia em Portugal”. Depois, dirigiu-se a Durão Barroso, assinalando que, terminado o seu mandato como presidente da Comissão Europeia, “já pode assumir a sua militância no PSD”, o que suscitou uma salva de palmas para o antigo chefe de Governo. “Quero dizer que, como português, me orgulho muito da forma como Durão Barroso presidiu à Comissão Europeia nestes dez anos”, declarou Passos Coelho, referindo que o ouviu “afirmar posições que não eram confortáveis para muitos chefes de Estado e de Governo”, incluindo de “nações cuja economia pesa de forma particular na Europa”. Sem seguida, destacou o papel do ex-presidente da Comissão Europeia no que respeita a Portugal e expressou-lhe reconhecimento em nome dos sociais-democratas. “Sem perder o seu dever de imparcialidade, Durão Barroso foi sempre alguém que ajudou Portugal no caminho difícil que nós percorremos. E seria de uma enorme injustiça que isso não



fosse devidamente apreciado e reconhecido no seu próprio país. Fique sabendo, Durão Barroso, que é pelo menos reconhecido e apreciado no seu partido, no nosso partido e eu estou convencido haverá de ser também em Portugal e na Europa”.

Passos Coelho também mencionou em especial a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, e o actual Presidente da República - “com a ressalva de que isto não servirá para abrir nenhum tema presidencial, não é esse o sentido”. A este propósito, Passos Coelho aproveitou para valorizar a relevância das funções presidenciais: “Sei muito bem como pode ser decisivo para o destino do país quando projectamos o futuro. O lugar de Presidente da República não é um lugar qualquer. E, se o destino que construímos se deve muito à forma também como o Presidente da República soube salvaguardar as condições de governabilidade e até as condições de sustentabilidade política para o exercício político em Portugal, na verdade, podem ter a certeza, essa função permanecerá muito relevante para o futuro”.

A falta de credibilidade do plano macroeconómico do PS

Num discurso de mais de uma hora, o líder do PSD, questionou a credibilidade do plano macroeconómico do PS e sustentou que os socialistas não vão respeitar as regras da União Europeia. E apontou, por exemplo, a descida da Taxa Social Única (TSU): “Ficámos a saber que é



neutra, não custa nada, não sei porque é que a gente não fez". “[Os socialistas] conseguem com isto dizer, de forma muito simples, aquilo de que nós já suspeitávamos: é que simplesmente dizem o que não vão fazer. Não vão respeitar nem as regras, nem os compromissos, nem os objectivos que estão em vigor em nome de Portugal na União Europeia, porque não é possível fazê-lo”, defendeu o presidente do PSD.

Passos Coelho sublinhou igualmente a falta de uma projecção para o saldo estrutural no cenário económico dos socialistas: “Perguntou o PSD, então e o défice estrutural, como é que vai ser? Ah, isso é muito complicado, porque há muitas metodologias, todos os anos a Comissão Europeia muda as metodologias, nós sabemos que essas metodologias estão desligadas da realidade”.

Descrevendo o discurso do PS, o Primeiro-Ministro prosseguiu: “Preferimos não fazer a coisa, a gente não diz qual é o saldo estrutural, mas não se preocupem que a gente vai verificar as condições. E dizem isto sem se rirem, explicam isto assim, acham que é uma conversa séria”. Passos Coelho considera que a campanha dos socialistas para as legislativas deste ano vai ser semelhante à de 2009: “Mais uma prestação social, devolva mais, eu posso devolver mais, eu vou devolver mais, e não acontece nada, pode ter a certeza”. “É correr o risco de ainda ter mais défice e mais dívida, porque milagrosamente o que nunca ninguém resolveu em parte nenhuma do mundo, o PS vai aqui resolver, que é pôr a economia a crescer sem criar dívida, distribuindo dinheiro por toda a gente. Quem é que acredita nisto? Eu não acredito. Julgo que do ponto de vista orçamental é arriscado e do ponto de vista do modelo de desenvolvimento económico é errado”.

O presidente do PSD revelou que maioria parlamentar não vai obrigar o PS a submeter à Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) o seu cenário macroeconómico e que, se os socialistas o recusarem, não se fala mais nisso. “Claro que nós não vamos obrigar o PS a fazer isso.

Houve para aí umas almas penadas que acharam que nós agora íamos usar a força da maioria para obrigar o PS a submeter à UTAO contra vontade, nada disso”, declarou o primeiro-ministro, no encerramento das comemorações dos 40 anos do PSD, na Aula Magna, em Lisboa. “Se os senhores não quiserem, pronto, não se fala mais nisso”, acrescentou. Na semana passada, o porta-voz da Comissão Política Nacional do PSD, Marco António Costa, defendeu que a Comissão de Orçamento e Finanças devia pedir essa análise à UTAO, e disse esperar que fossem os socialistas a fazer uma proposta nesse sentido, adiantando: “Caso não o façam, será a maioria a tomar a iniciativa”.

O chefe do Governo rejeitou que o executivo PSD/CDS-PP tenha governado como “perigosos liberais ou ultraliberais”, mencionando a taxaço do capital, e referiu-se à estratégia da actual maioria como “um caminho de recuperação gradual, mas segura”. Afirmou ainda que fez questão de ser ele a dar “as más notícias”



nestes anos e homenageou e agradeceu ao “militante anónimo do PSD” pelo apoio que dado ao Governo com “convicção, muita entrega e espírito de sacrifício e muito amor ao seu país”.

Ameaça à liberdade de imprensa e separação de poderes

O presidente do PSD manifestou esperar que o respeito pela liberdade de imprensa e pela separação de poderes não esteja dependente de uma vitória dos sociais-democratas nas próximas legislativas. “Espero bem que este seja um resultado que dure para futuro e que não dependa apenas de o PSD ganhar eleições ou não”, afirmou. “Para futuro, os portugueses não compreenderão nem aceitarão que haja quem, no Governo ou no parlamento, conviva mal com a liberdade de expressão, ou com a independência dos tribunais, ou com a autonomia do Ministério Público ou da Polícia Judiciária ou das polícias”, acrescentou.

Antes, Passos Coelho alegou que na actual legislatura “nunca ninguém disse que o Estado de direito estava ameaçado”, nem “nunca ninguém veio acusar o Governo de reagir mal com a comunicação social e de querer pôr a comunicação social na ordem” ou “que o Governo pedia informações ou dava instruções fosse à Polícia Judiciária, fosse ao Ministério Público, fosse a qualquer magistrado”. “Nestes quatro anos, os nossos adversários podem discordar de nós por muitas coisas, mas não poderão dizer que usámos a crise mais violenta por que o Portugal democrático passou para nos intrometermos no Estado de direito, para nos intrometermos na justiça, para nos intrometermos na liberdade - na liberdade de expressão e na liberdade da comunicação social”, prosseguiu.

Segundo o primeiro-ministro, “neste capítulo”, o PSD seguiu os valores da sua fundação “de lutar sempre pela liberdade, pelo pluralismo, pela separação de poderes e, evidentemente, pelo Estado de direito”.



Na sua intervenção, Passos Coelho defendeu que o Governo tem vindo a “libertar o povo e o país de supostos donos”, submetendo a economia às regras da democracia, e a “acabar com privilégios” e com “a instrumentalização do Estado”. O chefe do executivo PSD/CDS-PP referiu-se também às privatizações, afirmando que nenhum processo de privatização foi decidido “em termos de favor político”, mas somente tendo em conta “o melhor preço e o melhor projecto estratégico”, e que o valor global obtido com as privatizações incluídas no programa de resgate foi “mais do dobro do que o PS tinha dito que ia conseguir”.

Nesta cerimónia, foram distribuídos uma cronologia do PSD, um vídeo sobre os 40 anos, um exemplar do “Povo Livre” especial de 6 de Maio de 2015, um bloco de apontamentos, uma bandeira, um cachecol e um pin. Os filiados com 25 anos de militância receberam ainda um diploma.

Discursos de Sá Carneiro e gravações do I Congresso já estão disponíveis na Internet

O Partido Social Democrata disponibiliza, desde o dia 6 de Maio, um conjunto de seis discursos históricos de Francisco Sá Carneiro e as gravações vídeo e áudio do I Congresso Nacional do PSD, que decorreu em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, entre 23 e 24 de Novembro de 1974. O arquivo sonoro vem alargar a oferta do Arquivo da Social-Democracia, inaugurado no 4 de Dezembro de 2014 por Pedro Passos Coelho e Francisco Pinto Balsemão, contendo até à data cerca de 4 mil fotografias. Para o secretário-geral José Matos Rosa, “o Arquivo da Social-Democracia é uma iniciativa pioneira e fundamental para preservar a memória histórica do PSD, para promover a transparência e a participação democrática”. O Arquivo da Social-Democracia é um projecto pioneiro em Portugal e em termos internacionais. É a primeira vez que um partido político disponibiliza o seu património histórico em formato digital a partir de um ‘software’ de gestão de arquivos, com livre acesso, em ambiente digital e em conformidade com as normas do Conselho Internacional de Arquivos. O Arquivo da Social-Democracia procura salvaguardar, promover e divulgar o património imaterial do Partido Social Democrata e conta com a participação dos militantes e estruturas de base do partido, que têm contribuído para a ampliação do acervo do Arquivo da Social-Democracia. O arquivo pode ser acedido no site do Partido Social Democrata, em www.psd.pt.

Debate quinzenal

“Modelo virtuoso” de recuperação de emprego e investimento



Em dia de debate quinzenal, 6 de Maio, o Primeiro-Ministro começou por lembrar a mais recente revelação do Banco de Portugal (BdP): há mudança de paradigma em termos estruturais na economia portuguesa, que segue um “modelo virtuoso” assente na criação de mais emprego e sobretudo na recuperação do investimento e não no “modelo estafado” que levou à pré-bancarrota. Pedro Passos Coelho referiu-se assim ao boletim do Banco de Portugal, frisando que aponta para “uma retoma do investimento, pela primeira vez em quase cinco anos”. “Além de, pela primeira vez nesse ciclo ter havido recuperação do investimento, a recuperação do consumo aparece associada à criação de emprego, razão porque não põe em causa o equilíbrio externo. Conseguimos crescer - quer em 2014, é essa a projecção para 2015 e 2016 - sem desequilíbrio externo, sendo o consumo suportado pelo aumento do emprego, por um lado, e por outro lado, pelo novo investimento”, ressaltou.

Passos Coelho enalteceu que “a procura externa continuou, apesar da conjuntura externa desfavorável, a aumentar relativamente a Portugal e isso permitiu que 2014 tivesse sido o melhor ano que Portugal registou em matéria de exportações”.

Apesar da recessão, em dois anos foram criados cerca de 130 mil postos de trabalho, “quase tanto” como os 150 mil prometidos pelo PS no tempo da liderança de José Sócrates. O líder do PSD assinala “a tendência de descida do desemprego que vem desde o início de 2013” e que está a ser criado “mais emprego qualificado, menos precário e a tempo mais completo”, referindo que já se atingiram perto de “130 mil postos de trabalho criados na economia nos últimos oito trimestres”. “Não sei se se recordam de uma antiga promessa eleitoral de criação de 150 mil postos de trabalho. Houve, na altura, uma promessa que comprometia a criação de pelo menos 150 mil novos postos de trabalho. Nós conseguimos, apesar



da recessão, ver a economia criar quase tanto nos dois últimos anos. E eu garanto que não se tratou de nenhuma operação administrativa, porque não foi por decreto que estes empregos apareceram na economia. Apareceram na economia em associação com aquilo que tem sido a reforma económica que o país tem conhecido”, afirmou.

Antes, o Primeiro-Ministro sustentou que os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) confirmam que, em termos homólogos, a descida do desemprego e subida do emprego “é claramente a tendência” - e no seu entender “é importante olhar sobretudo para a tendência e menos para os dados mensais”. Em termos mensais “as oscilações ainda são sensíveis”, e “os resultados têm de ser observados com alguma cautela”, tendo em conta as “correções estatísticas que são introduzidas em cada mês sobre os dois meses anteriores”. Quanto à evolução trimestral, referiu que “houve um agravamento de 0,2 por cento, o que não é significativo”, mas manifestou alguma preocupação com a “estabilização na descida do desemprego desde Outubro do ano passado até Março deste ano”. “Isso não é grandemente satisfatório”, consi-



derou. “Vamos ter de olhar para este problema com olhos mais cuidados, de modo a encontrar, quer do ponto de vista das políticas de conjuntura, das políticas activas de emprego, quer do ponto de vista estrutural, medidas que nos possam ajudar a acelerar a descida do desemprego, de maneira a pelo menos manter a tendência de descida que vem desde o início de 2013”.

Este tema foi introduzido pelo líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, que assinalou que, “no que toca ao registo mensal, o INE veio na semana passada corrigir a estimativa anterior”. Luís Montenegro referiu que “em 26 meses, desde Janeiro 2013 a Março 2015, houve 23 meses em que a taxa de desemprego não subiu, houve mesmo até 21 meses em que desceu, e só três em que efectivamente houve um ligeiro aumento”.

Face a estes dados, “a verdade factual, atestada já por números finais do INE” é que “há uma tendência clara de descida da taxa de desemprego, o que não significa que ele se encontre ainda num patamar muito elevado”.

O Primeiro-Ministro defendeu que “o défice é financiado com dívida” e que, “se a dívida não inverter a sua trajectória, não há capacidade de financiamento”. “É importante que o Estado, descontando o peso do passado, vá aliviando o peso da dívida. Vamos para o terceiro ano [de excedente primário] e só duas vezes nos últimos 41 [anos] - a última em 1995 - isto se verificou. Esperamos ter em 2019 um excedente orçamental”, desejou Passos Coelho.

Passos Coelho insistiu num apelo aos pilotos da TAP mostrem que lhes interessa “defender a empresa e a economia nacional”. Sobre um eventual pedido em Bruxelas de recapitalização da TAP, através do regime de auxílios de Estado, o líder do executivo recordou que Comissão Europeia exigiria a reestruturação da empresa, algo que, segundo Passos Coelho, significou uma redução em quase 40 por cento nas rotas, funcionários e operações das empresas de outros estados-membros que se submeteram a tal processo. “Não podemos deixar de estar sujeitos às regras. Portugal está sujeito ao que é bom e ao que é mau”.

De acordo com o chefe do Governo, “Vale a pena recordar que a TAP é uma empresa que precisa de recapitalização de modo a poder investir operacionalmente na melhoria do seu serviço, num serviço mais eficiente, poupando em combustível, conseguindo mais conforto, melhores e mais rotas, que possam suportar no ‘hub’ de Lisboa uma operação com mais sucesso”.

Recorde-se que o Estado não está em condições de proceder recapitalização da empresa, de resto, está impedido de o fazer. “Se a privatização não tiver sucesso a alternativa que espera: é uma reestruturação que só pode assentar num despedimento colectivo sensível, na redução nas rotas, dos equipamentos”, alertou o Primeiro-Ministro, reiterando a ideia de que isso transformaria a TAP numa pequena empresa.

União Financeira para apoiar o crescimento

O Primeiro-Ministro defendeu em Florença, Itália, que a União Europeia (UE) precisa de uma união financeira para conseguir crescimento e estabilidade e considerou que sem uma “união bancária completa” a fragmentação financeira poderá destruir a União Monetária. Pedro Passos Coelho falava, dia 8, no encerramento das jornadas sobre o estado da União Europeia, uma iniciativa promovida anualmente pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Depois de três dias de debates e intervenções, com dezenas de convidados, entre eles o Primeiro-Ministro italiano, coube a Passos Coelho fazer o encerramento do “estado da União”, este ano em quinta edição.

Um sistema bancário europeu e integrado “é a única maneira de aumentar a confiança no euro, independentemente das decisões ou escolhas políticas”, pelo que se deve enveredar por um sistema “de garantia de depósitos comum”, disse. E acrescentou: “Os nossos mercados financeiros precisam de ser alargados e aprofundados, com instrumentos que permitam aos investidores investir fundos na Europa, em títulos emitidos por empresas financeiras e não financeiras europeias. O objectivo é dar às empresas europeias, especialmente as pequenas e médias, o acesso a diferentes e mais baratas formas de financiamento, para aumentar o investimento e criar mais empregos”.

Como já tinha dito algumas horas antes, o Primeiro-Ministro português salientou também o que para ele considerou essencial, a criação de Fundo Monetário Europeu, orientado para uma futura reforma da zona euro. “A UE tem hoje uma vasta experiência em gestão de crises financeiras”, disse Passos Coelho aos jornalistas, acrescentando que um Fundo Monetário Europeu poderia ajudar a criar outra confiança nas instituições.

“Devemos retirar os países da gestão da crise e entregar o assunto a instituições”, disse também, acrescentando que a Europa deve ter a possibilidade de ter mecanismos próprios e de dispensar a intervenção do Banco Central Europeu.

“É uma necessidade ditada pelo senso comum, por um sentido económico e político”, uma forma de equilibrar o lado monetário e económico da Europa. Esse Fundo, disse, não impede a necessidade de disciplina fiscal de cada país mas será um “instrumento de responsabilidade comum, de maior credibilidade e solidez económica”.

E seria “um mecanismo de ajustamento financeiro permanente para prestar apoio técnico e financeiro aos Estados-membros” com problemas (autónomo dos governos nacionais na tomada de decisões e tecnicamente e financeiramente equipado). E depois permitirá que uma única instituição supervisionasse programas de ajustamento, pelo que o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional “seriam dispensados da missão que tiveram até agora”, disse.

Ainda sobre o Fundo, Passos esclareceu que o mesmo deve ser dotado de capacidade financeira para apoiar reformas estruturais e projectos de investimento. “Trabalhando com o Banco Europeu de Investimento o Fundo seria uma instituição importante para promover o reequilíbrio interno na zona euro e, portanto, uma posição macroeconómica simétrica”.

E a longo prazo poderia ter uma função de “almofada” a choques (em determinadas economias), de reduzir custos de ajustamento para países afectados por esses choques, e até para ter uma função de complemento ou mesmo de substituto parcial dos subsídios de desemprego nacionais.

Num discurso na sala “Cinquecento”, no Palácio Vecchio, centro de Florença, Passos Coelho defendeu ainda o aumento de responsabilidades do presidente do Eurogrupo, que deve deixar de ser o ministro das Finanças de um Estado membro. “Estou plenamente consciente de que as propostas que estou a fazer são muito ambiciosas. Mas são viáveis e podem ser objecto



de um novo consenso europeu. Obviamente podem ser melhoradas, mas resolvem problemas reais e necessidades de que não nos podemos dar ao luxo de ignorar”, disse, acrescentando que é no momento da recuperação económica que se devem de reformar as instituições da zona euro e aproxima-las das aspirações dos cidadãos.

Numa sala digna de museu, com esculturas em mármore e paredes e tectos decorados com pinturas em talha dourada, Passos Coelho lembrou a Europa destruída pela segunda guerra e a reconstrução que se seguiu, a criação da comunidade europeia, a entrada de Portugal, a criação do euro e a crise económica recente.

E que agora é tempo de continuar em frente com determinação e com uma “visão comum”, é tempo de fazer escolhas duradouras, adoptando estruturas centradas nas instituições, um projecto centrado na prosperidade e na liberdade.

As propostas que apresentou, disse, também são as propostas que enviou ao presidente da Comissão Europeia, ao presidente do Conselho e ao presidente do Banco Central Europeu, no âmbito do próximo Conselho Europeu, em Junho.

Em Fevereiro último Jean-Claude Juncker apresentou aos chefes de Estado e de Governo um estudo sobre as causas da crise e pediu sugestões para fazer face a essa crise e para solucionar falhas no quadro da união monetária. Os Estados membros foram convidados a enviar propostas, para serem discutidas no próximo Conselho Europeu.

Pedro Passos Coelho teve ainda um encontro com o Primeiro-Ministro italiano, Matteo Renzi, com quem debateu reformas estruturais na Europa e a recuperação económica da União Europeia (UE). Com Matteo Renzi, Passos Coelho falou ainda - acrescentou - da questão da imigração no Mediterrâneo, tendo Portugal garantido o seu contributo para os objectivos da União Europeia, de reforçar a segurança na região, mas também de reforçar a ajuda humanitária.

Nesta deslocação, Passos Coelho esteve acompanha-

do pelo ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Piores Maduro, pelo embaixador de Portugal em Roma, Manuel Lobo Antunes, e pelo secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Bruno Mações.



Passos Coelho felicita David Cameron pela vitória nas eleições

O Primeiro-Ministro português felicitou o homólogo britânico reeleito nas eleições gerais de quinta-feira, mas escusou-se a comentar resultados eleitorais. Passos Coelho referiu que David Cameron “desenvolveu uma política de recuperação económica que envolveu também a tomada de medidas bastante difíceis e que não eram nada populares”. Segundo os resultados oficiais, o Partido Conservador britânico conseguiu a maioria parlamentar elegendo 330 dos 650 deputados nas eleições gerais de quinta-feira, no Reino Unido.

“Ninguém tem direito de destruir o sacrifício” dos portugueses



Para o presidente do PSD, existe “uma grande diferença entre propalar certas ideias ou concretizá-las”, pelo que “ninguém tem o direito de destruir o sacrifício que os portugueses fizeram”. Passos Coelho entende que o resultado conseguido pelo Governo nos últimos quatro anos “não é um património do PSD nem do CDS-PP”, mas de “todo o país”, porque “todos fizeram um esforço muito grande para salvar” Portugal. O líder do PSD discursava na cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos distritais de Évora do PSD, que decorreu num pátio do fórum da Fundação Eugénio de Almeida, na cidade alentejana, dia 9 de Maio.

Num discurso, de cerca de 30 minutos, em que perspectivou o futuro, com mais investimento, mais e melhor emprego e uma economia a crescer, Passos Coelho reconheceu que pode haver quem diga que “não há nada que impeça outras forças políticas de dizer o mesmo”. “Há uma grande diferença entre propalar certas ideias ou concretizá-las e nós, felizmente, temos a possibilidade de mostrar os resultados que alcançámos e a direcção que tomámos”, considerou, indicando que a convicção da coligação é de que este “é o caminho que pode trazer mais prosperidade”.

“Quando fiz aquele discurso, no Pontal, em que disse que a nossa economia ia dar a volta e inverter a tendência recessiva em 2013, durante mais de um ano, escreveu-se que eu vivia alucinado, porque a economia tinha tido um comportamento contrário,



mas hoje sabemos que não foi assim e que a economia começou a dar a volta em 2013”, lembrou.

O Primeiro-Ministro referiu que existe, sobretudo na oposição, “uma preocupação de prometer e oferecer tudo o que acham que as pessoas querem”, enumerando: “a reposição dos feriados, a remoção de todas as medidas, desfazer qualquer coisa que possa representar uma consolidação da mudança” feita pelo Governo.

Do lado da coligação, frisou que o caminho é diferente, passa pela remoção de “tudo aquilo que são medidas extraordinárias”, porque o Governo não as tomou “por gosto”, mas “sem colocar em risco o futuro” do país e “à medida do que for prudente e possível”. “Temos pressa de as remover, mas não temos pressa nenhuma de as voltar a adoptar. Ninguém quer andar a fazer, como no passado, a baixar impostos para, depois, ir a correr, a seguir às eleições, aumentá-los”, assinalou.

O líder social-democrata disse que não quer “um país que ande aos solavancos para trás e para a frente, com uma falta de respeito pelos cidadãos e pelos sacrifícios que fizeram”, mas sim “um país que possa construir em cima daquilo que já foi realizado”.

Passos Coelho deixou “uma palavra de confiança e esperança de que o pior já passou”, salientando que os portugueses “já testemunharam as possibilidades de ter uma economia a crescer, com o emprego também a crescer e a possibilidade de ter uma sociedade, progressivamente, menos injusta e mais justa”.





PSD e CDS assinalam primeiro aniversário da saída da "troika"

Os líderes do PSD e do CDS/PP vão assinalar em conjunto o primeiro aniversário da saída da 'troika' de Portugal, numa sessão em Guimarães no próximo dia 16 de Maio, revelou a coligação. "É um encontro simbólico para assinalar a saída da 'troika' há um ano", afirmou à agência Lusa a mesma fonte, adiantando que Pedro Passos Coelho e Paulo Portas vão estar presentes.

Pedro Passos Coelho anunciou a 4 de Maio de 2014 a saída de Portugal do programa de resgate financeiro sem recorrer a qualquer programa cautelar. “Depois de uma profunda ponderação de todos os prós e contras, concluímos que esta é a melhor escolha na altura certa. É a escolha que defende mais eficazmente os interesses de Portugal e dos portugueses e que melhor corresponde às suas justas expectativas”, afirmou na altura o Primeiro-Ministro numa declaração ao país. O Programa de Assistência Económica e Financeira, que incluiu três credores internacionais - o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, que em conjunto ficaram conhecidos como ‘troika’ -, terminou a 17 de Maio do ano passado, três anos depois do memorando inicial assinado pelo governo socialista de José Sócrates.



Passos Coelho em Faro: “A oposição tem falhado nas suas previsões”

Em Faro, dia 9 de Maio, o presidente do PSD, recordou que o Governo “não falhou em matéria social” e, mesmo nos períodos de maior dificuldade, conseguiu prestar apoio às franjas mais carenciadas da população. Ao discursar na sessão solene do 40.º aniversário do PSD de Faro, realizada no Teatro Municipal da cidade, Pedro Passos Coelho assegurou que olha para o futuro com convicção e confiança e que o Governo entrega, no final do seu mandato, um país “com horizonte de futuro” e olha com “orgulho” para a obra feita. “Conseguimos provar que quando toca à matéria social, apesar das dificuldades muito grandes porque passámos, nós não falhámos, e chegámos mesmo a concretizar aquilo que outros, em épocas de abundância, prometeram e não realizaram”, afirmou Pedro Passos Coelho, referindo-se, por exemplo, ao “programa de emergência social”.

O Primeiro-Ministro sublinhou que, “nestes quatro anos de dificuldades e dinheiro contadinho”, o governo de coligação PSD-CDS/PP conseguiu “financiar em mil milhões de euros o programa de emergência social”.

“Não foi por acaso que, apesar das dificuldades, nós não tivemos uma ruptura na sociedade portuguesa, houve outras economias que não responderam tão bem, sabíamos que íamos passar por tempos de emergência financeira e, por isso, e apesar de isso não estar previsto no memorando, criámos o plano de emergência social”, acrescentou.

Pedro Passos Coelho apontou o descongelamento das pensões mais baixas, as “poupanças feitas na Saúde não à custa da infra-estrutura do serviço nacional de Saúde”, onde foi possível investir, disse, “pagando dívidas que afogavam os hospitais”, “recapitalizando os hospitais”, na “remodelação das urgências” ou “contratando mais enfermeiros e mais médicos”.

Passos Coelho apontou ainda a “disciplina financeira” como um dos mecanismos que permitiram ao país “ser olhado com outra credibilidade” e cujos resultados o primeiro-ministro disse terem ficado espelhados nas taxas de juro que se praticam actualmente e são “muito mais

baixas” do que em 2011, quando foi necessário recorrer ao resgate financeiro e o PSD tomou posse no Governo.

O líder do PSD criticou quem, durante os últimos quatro anos, rejeitou sempre os argumentos do Governo e mostrou-se confiante no julgamento que os portugueses vão fazer do seu trabalho nas eleições legislativas. Passos Coelho considerou ser importante fazer “bem as contas” e “não fazer promessas que não possam ser cumpridas” e mostrou-se confiante de que a tendência de recuperação de economia vai manter-se quando o Instituto Nacional de Estatística revelar os dados do primeiro trimestre de 2015.

Esta tendência mantém-se, disse, desde o primeiro trimestre de 2013 e é a prova de que a oposição tem falhado nas suas previsões de que o Governo iria falhar as metas de crescimento e o país iria entrar numa espiral recessiva, e por isso o PSD pode “ter confiança no julgamento que os eleitores farão a seu tempo”.

A coligação está a perturbar os projectos presidenciais da oposição



O vice-presidente coordenador do PSD garante que a coligação PSD/CDS está no bom caminho para vencer as legislativas e que essa “ideia” está a “criar grandes perturbações nos projectos de terceiros” para as presidenciais. “Eu acho que a ideia que se está a construir, paulatinamente e de forma muito segura e sustentada, de que o PSD e a coligação estão longe de estar derrotados nas legislativas, e que pelo contrário, tudo indica que estamos no caminho de as vencer, está a criar grandes perturbações nos projectos de terceiros”, afirmou Marco António Costa.

O dirigente social-democrata, que falava à margem da apresentação de uma biografia de Pedro Passos Coelho, no Porto, admitiu que, “sobre as presidenciais (...) havia uma certa ideia no ar que o PSD se tivesse derrotado à partida para as legislativas que isso facilitaria a vida de muita gente nas presidenciais”.

Marco António Costa admitiu que “o PSD ainda não fez uma única reflexão sobre o tema presidencial para além daquela que consta da moção de estratégia que foi aprovada no congresso” e que “o tema das presidenciais no âmbito da coligação é um tema que está muito clarificado”. “A nossa preferência é que seja um tema tratado após as eleições legislativas

e portanto aguardaremos que tudo corra e todos contribuam para nós podermos levar por diante esta preferência”, frisou.

Ainda sobre as presidenciais, Marco António Costa assinalou que as eleições “estão a agitar muito a vida política nacional”, havendo “muitas ansiedades no ar” e “inseguranças” bem como “muitas pessoas que em volta do tema projectam na vida pública nacional um conjunto de perturbações muito grandes”.

PSD lamenta prejuízos não contabilizados de “muitas centenas de milhões” na TAP

O vice-presidente do PSD lamenta os prejuízos não contabilizados de “muitas centenas de milhões de euros” causados pela greve da TAP, uma empresa que, disse, está a ser empurrada “para o precipício”. “Eu julgo que são mais que os 35 milhões de euros de prejuízo efectivo financeiro”, assinalou o social-democrata lembrando o “prejuízo reputacional” e “o atraso na vida da empresa” causado pela greve dos pilotos da TAP.

Para Marco António Costa, aquela “é uma empresa que está numa situação muito difícil a ser empurrada por poucos, mas com influência, para o precipício”. No dia em que termina a greve de 10 dias da transportadora, o ex-secretário de Estado disse aguardar “que se tenha encerrado este capítulo da greve da TAP e que a empresa volte a uma normalidade de funcionamento porque o país precisa que a TAP seja competitiva, que a TAP seja activa”. “Eu julgo que os prejuízos não contabilizados esses são de muitas centenas de milhões”, lamentou.

Os pilotos da TAP e da Portugalia cumpriram 10 dias de greve (entre o 1.º de Maio e o passado Domingo) por considerarem que o Governo não está a cumprir o acordo assinado em Dezembro de 2014, nem um outro estabelecido em 1999, que lhes dava direito a uma participação de até 20 por cento no capital da empresa no âmbito da privatização. A greve de 10 dias causou prejuízos financeiros substanciais, tendo em conta as receitas perdidas, de quase 25 milhões de euros, e os custos de dormidas, refeições e outras despesas de encaminhamento, no valor de mais de 10 milhões de euros.

O secretário-geral em Oliveira de Azeméis

“O Partido Socialista propõe uma mão cheia de nada”



Mais de quatrocentas pessoas assistiram na sexta-feira, 8 de Maio de 2015, à comemoração dos 40 Anos do PSD de Oliveira de Azeméis, que contou com a presença de José Matos Rosa, secretário-geral do Partido Social Democrata. José Matos Rosa que começou a sua intervenção por destacar a importância das Comemorações dos 40 Anos de Democracia, 40 Anos de PSD, frisou a grande mobilização que houve em torno deste projecto de norte a sul do país: “As comemorações que se desenrolaram durante este último ano constituíram, à semelhança do que vimos na Aula Magna, um momento de grande mobilização de todas as estruturas partidárias”.

O secretário-geral do PSD também destacou a força e génese do Partido: “Somos um partido que se honra de contar com maior percentagem de mulheres como militantes, somos um partido que se honra de contar com mulheres eleitas democraticamente para todos os níveis do poder político: das câmaras municipais ao governo, das juntas de freguesia aos mais elevados de cargos de soberania, como a Presidência da Assembleia da República e o Tribunal Constitucional. Somos um partido que gosta de enfrentar os grandes desafios”, disse.

Sobre as propostas do Partido Socialista, José Matos Rosa destacou que, no fundo, o que propõe “é uma mão cheia de nada”: “A proposta política do Partido Socialista deita fora tudo o que Portugal conquistou e teria como consequência um regresso acelerado a uma situação económica de catástrofe iminente”.

“O que Partido Socialista nos propõe é um conjunto de intenções abstractas, um conjunto de ilusões e instabilidade política. Numa palavra: o Partido Socialista propõe

uma mão cheia de nada.” “As propostas de António Costa apontam para o regresso a um passado sem sustentabilidade económica, o passado de um País que gasta mais do que tem, um País à beira da bancarrota”, referiu.

“Felizmente, Portugal tem seguido outro caminho. Temos recuperado a confiança dos investidores e dos mercados. Temos hoje taxas de juros a bater recordes mínimos. Temos hoje o investimento a fazer-se sentir. Portugal encontra-se claramente num caminho de crescimento e recuperação sustentável”, concluiu.



Matos Rosa no Entroncamento: “Devemos ter orgulho por termos resistido a todas as adversidades”

José Matos Rosa deslocou-se, ainda, no sábado, ao Entroncamento (distrito de Santarém), para participar na sessão de encerramento da Convenção de Autarcas de Freguesia do PSD do Distrito de Santarém. O secretário-geral do PSD referiu a importância e o papel fundamental de todos estes autarcas presentes, no dia-a-dia do PSD: “É entre os autarcas e os militantes de base que reside a energia colectiva do nosso Partido, a energia que nos faz lutar todos os dias pelos valores e pelos ideais em que acreditamos quando estamos no governo e quando estamos na oposição”, disse.

“O PSD muito deve aos seus autarcas. A grandeza do nosso Partido resulta, em muito, da generosidade e determinação dos autarcas. Das mulheres e homens que, ao longo de quatro décadas, têm constituído a linha da frente do Partido no relacionamento com os nossos concidadãos”, referiu.

José Matos Rosa aproveitou também a oportunidade para destacar feitos importantes do actual Executivo como foi, por exemplo, a reforma da Administração Local: “A reforma da Administração Local que executámos, enfrentando sucessivos receios e resistências, começa a dar os seus frutos e devemos ter orgulho por termos sido capazes de liderar um processo de mudança adiado há mais de 150 anos”.

E também realçou a importância de ser social-democrata: “Nós, social-democratas, devemos ter orgulho por termos conseguido resistir a todas as adversidades, cumprir o exigente Programa de Assistência Económica e Financeira, resgatar a soberania financeira de Portugal e recuperar a credibilidade internacional do nosso País”, avançou.

“A social-democracia não é um conjunto vago de princípios, a social-democracia constrói-se todos os dias, com os contributos de todos, principalmente das bases do PSD, porque são as bases, os militantes e os autarcas que por todo o país constituem o coração do Partido. São eles as verdadeiras elites do Partido”, disse.



Rui Machete duvida de acordo rápido no livre-comércio entre a Europa e os Estados Unidos

O ministro de estado e dos Negócios Estrangeiros português, Rui Machete, manifestou-se céptico em relação a um acordo rápido no Tratado Transatlântico de Livre Comércio e Investimento (TTIP, em inglês) entre a União Europeia e os Estados Unidos. Numa palestra para alunos brasileiros em São Paulo, dia 7, o chefe da diplomacia portuguesa reconheceu que o acordo comercial entre o Mercosul (América Latina) e a Europa não é tão prioritário porque Bruxelas está a fazer um esforço para fazer passar o novo tratado no Atlântico Norte ainda durante o mandato do Presidente dos Estados Unidos Barack Obama. "Na hierarquia europeia, o TTIP tem primazia" para tentar obter um acordo ainda durante o actual mandato de Obama, mas Machete disse estar "bastante céptico" que isso aconteça porque existem várias questões pendentes como a energia e as negociações estão muito atrasadas.

Por outro lado, nas prioridades norte-americanas está o acordo de livre-comércio no Pacífico, com a Ásia, algo que pode ainda prejudicar a expectativa dos governantes europeus. "É difícil e eu gostaria, mas não é muito provável que, tendo o TTIP ainda de resolver problemas económicos, as coisas andem depressa", disse o ministro português.

Além disso, o número de interlocutores dos dois lados e as implicações para os vários estados norte-americanos, que têm legislação fiscal autónoma em muitas matérias, também prejudica a negociação, acrescentou.

"Discutir a 28 de um lado e depois a América do outro, é muito difícil", resumiu Rui Machete.

O acordo, que visa eliminar barreiras alfandegárias e regulamentares entre os Estados Unidos e a União Europeia, está a ser negociado desde 2013 entre as duas partes, e as negociações têm conclusão prevista até ao final deste ano.

Crise ucraniana constitui um "conflito congelado"

O ministro dos Negócios Estrangeiros português considera que a crise ucraniana constitui um "conflito congelado" difícil de resolver, porque "Putin recordou ao



mundo que a Rússia é um império e que ele é um czar". A anexação da Crimeia foi a "maior violação do direito internacional da Europa desde a II Guerra Mundial", afirmou o ministro português, numa palestra na Universidade Fundação Armando Álvares Penteado, perante alunos de economia e relações internacionais, que assinalou o fim da sua visita de quatro dias ao Brasil. "Estou mais optimista em relação à [recuperação económica] Europa" do que em relação ao "conflito congelado" que existe na Ucrânia, que "limita muito a acção da União Europeia fazer ao resto do mundo", afirmou Machete.

No seu entender, a leste, não há um risco de uma nova Guerra Fria porque "não há uma questão ideológica"

mas sim "questões nacionais", que são "mais difíceis de resolver".

Já a sul, a Europa apresenta vários problemas relacionados com o "terrorismo 'jihadista'". No caso da Líbia "não há um Estado falhado, não há é simplesmente Estado", exemplificou Rui Machete que, sobre Portugal, insistiu que o país está num processo de recuperação, semelhante à Irlanda, Espanha ou Itália.

Num discurso informal perante os alunos, Machete também se mostrou confiante na superação das dificuldades na Grécia, agora que "parece que [os governantes gregos] ganharam juízo" nas negociações com a União Europeia.

Reconhecimento aos bombeiros

A ministra da Administração Interna, Anabela Rodrigues, expressou no aniversário da Escola Nacional de Bombeiros (ENB), em Sintra, "sentido reconhecimento" aos bombeiros e suas famílias, pelos riscos e sacrifícios associados ao desempenho das missões de socorro. Segundo Anabela Rodrigues, a missão confiada aos bombeiros "não está isenta de riscos e comporta sacrifícios da vida familiar", expressando "sentido reconhecimento aos bombeiros portugueses" e agradecimento às suas famílias.

A ministra participou dia 4, nas comemorações do 20.º aniversário da ENB, que tem como associados a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e a Liga dos Bombeiros Portugueses e está sediada na Quinta do Anjinho, em Sintra. A governante aproveitou a ocasião para prestar homenagem a todos os formadores da

escola que se "tornou de referência" e deve consolidar o projecto "e preparar o futuro". "Há que manter a qualidade e exigência da formação, corrigir e adaptar as medidas que se mostrem aquém do desejado e saber concretizar, no contexto nacional, as melhores e mais recentes práticas internacionais", salientou.

Os três eixos de actividade na ENB para 2015 assentam em "melhorar o acesso, garantir a qualidade e fomentar a inovação", notou a ministra, sublinhando que a aposta no novo Centro de Simulação de Realidade Virtual assume uma "enorme relevância" na melhoria da formação dos bombeiros.

O presidente da ENB, José Ferreira, destacou que a maioria da formação é realizada junto dos corpos de bombeiros e, nesse sentido, foram abertos concursos para o recrutamento de 174 formadores na área dos

fogos florestais e mais 220 vagas em salvamento e desencarceramento.

A formação dos bombeiros portugueses, em 2014, "ascendeu a um milhão e 34 mil horas", revelou José Ferreira.

A ENB tem conseguido investir na melhoria de instalações e em novos modelos de ensino através do recurso a fundos comunitários, mas o dirigente frisou que, a verba do Orçamento do Estado, por via da ANPC, "mantém-se inalterada desde 2005", obrigando a encontrar soluções para o futuro.

Ainda assim, "os bombeiros portugueses, voluntários ou profissionais, recebem formação do melhor nível, independentemente da sua relação jurídica de emprego", vincou José Ferreira.



“Eficácia de actuação” das polícias

A ministra da Administração Interna destacou hoje a “eficácia de actuação” das polícias portuguesas, que têm desempenhado as suas missões segundo as normas legais. “O que se tem verificado é uma redução da criminalidade, que se tem mantido acentuadamente ao longo dos últimos anos. O que significa eficácia de actuação da polícia e, ao mesmo tempo, essa actuação é feita de acordo com as normas legais e de acordo com os princípios da necessidade, proporcionalidade e adequação”, disse aos jornalistas Anabela Rodrigues, que hoje inaugurou o Salão Internacional de Protecção e Segurança (Segurex), em Lisboa.

A ministra reagia aos dados divulgados pela Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) sobre as queixas que chegaram àquele organismo sobre a actuação das forças de segurança. A IGAI recebeu 679 queixas em 2014, menos 14 por cento do que no ano anterior, quando deram entrada naquele organismo 790 denúncias, sendo os casos mais denunciados ofensas à integridade física.

No final de uma visita à Segurex, que decorreu na semana passada, na Feira Internacional de Lisboa (FIL), Anabela Rodrigues afirmou que a feira “é muito importante do ponto de vista de dar visibilidade à segurança, designadamente às valências do Ministério da Administração Interna” (MAI).

Na feira, estiveram presentes os vários organismos tutelados pelo MAI, como a PSP, GNR, SEF, Autoridade Nacional de Protecção Civil e Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, para demonstrarem as várias valências, bem como os meios e equipamentos que são utilizados diariamente na actividade operacional.

Outras entidades ligadas à segurança e protecção civil também marcaram presença na feira, como o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e as Forças Armadas, através do Exército e das Operações Especiais, num evento que pretende mostrar as últimas novidades e tecnologias do sector. “É muito importante que as forças de segurança acompanhem as novas tecnologias para que trabalhem com eficácia”, salientou ainda Anabela Rodrigues.



Reduzir a taxa de IRC para 17 por cento até 2019



A redução da carga fiscal dos cidadãos portugueses será adiada para dar prioridade ao corte do IRC, reiterou a ministra da Finanças. “A redução dos impostos sobre as empresas é a nossa prioridade porque entendemos que são as empresas que criam crescimento”, disse Maria Luís Albuquerque, durante uma conferência em Londres a convite da agência Bloomberg.

O governo pretende continuar a reduzir a taxa de IRC para 17 por cento até 2019. “No nosso Programa de Estabilidade [e Crescimento] está escrita a nossa vontade de baixar as contribuições da segurança social, mas será depois eleições”, venceu. Esta reforma, justificou, está dependente da redução da despesa pública.

A ministra considerou a atracção de investimento estrangeiro a “maior esperança” de recuperação do país. “Tendo em conta a escassez de capital na nossa economia, a nossa maior esperança de crescimento é o investimento privado”, declarou, invocando a necessidade de um “ambiente estável económica e politicamente”.

A ministra das Finanças mantém “categoricamente” que Portugal vai sair do procedimento por Déficit Excessivo este ano, contrariando as previsões da Comissão Europeia divulgadas. “Mantenho que vai sair do Processo por Déficit Excessivo. Categoricamente”, afirmou Maria Luís Albuquerque aos jornalistas, após uma palestra na universidade London School of Economics.

“Só vi os números, não vi o texto, portanto não tenho condições para comentar”, venceu a ministra, salientando o facto de Bruxelas ter revisto o valor em baixa. “Estão cada vez mais próximos da nossa previsão”, saudou Maria de Luis Albuquerque.

Durante a sua intervenção, a ministra manifestou outras discordâncias com avaliações das organizações

internacionais a Portugal, nomeadamente sobre a alegada falta de reformas. “Dizem que perdemos o ímpeto reformador. Não concordamos com esta opinião.

Continuamos a aprovar medidas e a fazer um esforço reformador”, garantiu.

Maria Luís Albuquerque afirmou que o impacto das reformas está em avaliação para a necessidade de serem recalibradas e que mais reformas serão introduzidas. “Aparentemente esperam que façamos todo o tipo de reformas e resolvamos todo o tipo de problemas num espaço de quatro anos, mas não é possível”, argumentou.

A ministra manifestou-se confiante num acordo para a Grécia permanecer no euro, rejeitando que a reunião de segunda-feira do Eurogrupo seja decisiva. “O nosso cenário central é que a Grécia fique na zona euro porque é o que os gregos querem e não estamos a falar de outro cenário”, afirmou.

À tarde, Maria Luís Albuquerque foi convidada do programa “Hardtalk” da BBC e à noite jantou com investidores.

“Seria muito importante estar de volta a um ‘rating’ de investimento”

“Seria muito importante estar de volta a uma classificação de investimento”, disse a ministra das Finanças, num evento organizado na sede da Bloomberg, em Londres. Numa semana em que a agência Moody’s tem agendada uma revisão à avaliação de Portugal, esse passo “abriria a porta a um grande número de investidores aos quais não podemos agora aceder”, considera Maria

Luis Albuquerque. Por isso, disse, “entrar num grau de investimento por uma das três grandes agências seria muito positivo”.

Maria Luís Albuquerque acrescentou ainda que “continuamos a trabalhar para mostrar às agências que merecemos [uma subida do rating]. Mas é uma decisão deles, não nossa”. Já em relação à estratégia de financiamento do Estado, a melhoria da notação financeira “não iria afectar a estratégia de emissões de dívida”, pois o efeito seria “na dimensão do mercado” a que Portugal teria acesso.

E é nos mercados financeiros que, para a responsável pelas Finanças, reside uma das maiores dificuldades. “Em relação à falta de acções, tem razão. É um dos maiores problemas do país”, disse Maria Luís Albuquerque, em resposta a uma intervenção. “A diversificação dos canais de financiamento das empresas é também importante para a estabilidade”, considera a ministra, que apontou para a criação do banco de desenvolvimento, “que irá ajudar a canalizar os recursos dos fundos europeus” e “a desenvolver acções e outros instrumentos para o sector privado”.

O objectivo é “ajustar os níveis de endividamento” das empresas. “Precisamos de trocar a actual dívida por acções”, disse, numa altura em que “a bolsa portuguesa não é ainda tão dinâmica quanto gostaríamos”. “Tivemos alguns contratemplos, que provavelmente prejudicaram a confiança no mercado português”, admitiu, “mas esta não é a economia portuguesa. A economia portuguesa não sofre toda dos mesmos problemas”.

Exportações registam o maior aumento desde Abril de 2013

As exportações nacionais aumentaram 4 por cento durante o primeiro trimestre do ano, acelerando o ritmo de crescimento, já que no trimestre terminado em Fevereiro o aumento tinha sido de 1,7 por cento. Já as importações baixaram 1,4 por cento, o que levou a que o défice da balança comercial diminuísse "661,3 milhões de euros para -1.968,7 milhões de euros. A taxa de cobertura situou-se em 86,1 por cento, o que corresponde a um acréscimo de 4,4 pontos percentuais (p.p.) face ao período homólogo", destaca o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em termos mensais, as exportações portuguesas de bens cresceram 10,9 por cento em termos homólogos, o que corresponde ao crescimento mais célere desde Abril de 2013, de acordo com os dados do Instituto. Em valor as exportações atingiram 4.382 milhões de euros, o valor mais elevado desde Outubro de 2014. A contribuir para esta leitura esteve o comércio com os países da União Europeia mas também com os países fora desta região, num período em que as vendas para a UE aumentaram 10,8 por cento e para fora da UE cresceram 11 por cento. As importações tiveram um comportamento semelhante, tendo registado um aumento mensal de 10,1 por cento, o que representa o aumento mais acentuado desde Janeiro de 2014, mês em que o crescimento homólogo foi de 10,2 por cento. Neste caso, o maior aumento foi verificado pelas importações de países fora da UE (15,8 por cento). As compras a países da UE aumentaram 8,7 por cento em termos homólogos. "No primeiro trimestre de 2015, face ao período homólogo (1º trimestre de 2014), destacam-se nas exportações os acréscimos nos Combustíveis e lubrificantes (+8,9 por cento), nas Máquinas, outros bens de capital e seus acessórios (+7,3 por cento) e no Material de transporte e acessórios (+6,2 por cento). No que se refere às importações, salienta-se a redução de 30,1 por cento nos Combustíveis e lubrificantes, sobretudo nos Produtos primários. As importações de Material de transporte e acessórios registaram o maior aumento (+19,2 por cento)", realça o INE.

Mais 8,7 por cento de empresas no primeiro trimestre

Foram criadas mais 8,7 por cento de novas empresas em Portugal no primeiro trimestre de 2015 relativamente ao primeiro trimestre de 2014 (um total de 11.646 de empresas). Estes dados foram divulgados pela consultora Informa D&B. A maioria das empresas criadas (52 por cento) são unipessoais, o que representa um aumento de 13 por cento face a igual período do ano passado. Já as sociedades por quota aumentaram 6 por cento, enquanto as sociedades anónimas registaram uma queda de 19 por cento. Os sectores de serviços, retalho e alojamento e restauração foram os três sectores onde foram registados a criação do maior número de empresas. Ao mesmo tempo, o número de encerramentos recuou 7,9 por cento para um total de 3.603, com o maior parte a serem de sociedades constituídas por quotas (63 por cento). Já o número de insolvências recuou 9,7 por cento para 1.228 no total. O número de insolvências decresceu em quase todos os sectores, com a construção em destaque ao registar um recuo de 21,4 por cento face a período homólogo. Assim, o retalho passou a ser o sector com maior número de insolvências, seguido da construção e das indústrias transformadoras.

Com Jornal de Negócios

Peso das exportações no PIB sobe para 27,8 por cento em 2014



O peso das exportações portuguesas no Produto Interno Bruto (PIB) passou de 21,3 por cento antes da adesão à CEE, em 1985, para 27,8 por cento em 2014, tendo a taxa de cobertura melhorado de 73,3 por cento para 81,9 por cento, informou o Instituto Nacional de Estatística (INE), dia 8.

Numa análise da evolução do comércio internacional de bens de Portugal desde 1985, ano anterior à adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE) - divulgada para assinalar o Dia da Europa, celebrado a 9 de Maio - o INE destaca ainda a ascensão de Espanha a

a um saldo da balança comercial negativo de 10.676,7 milhões de euros (-6,2 por cento do PIB) e a uma taxa de cobertura de 81,9 por cento. Em 1985 os principais mercados de destino dos bens nacionais foram o Reino Unido, Alemanha, França, Estados Unidos da América (EUA) e Holanda, enquanto os maiores fornecedores de bens a Portugal eram Alemanha, EUA, França, Reino Unido e Espanha. Segundo nota o INE, todos estes países permaneceram como "importantes clientes e fornecedores de bens" a Portugal entre 1986 e 2014, sendo contudo de destacar "claramente" a ascensão de Espanha

principal parceiro comercial de Portugal. Segundo os dados do INE, em 1985 as exportações de bens para o exterior corresponderam a 4.847,1 milhões de euros (21,3 por cento do PIB) e as importações de bens a 6.616,7 milhões de euros (29,0 por cento do PIB), atingindo a balança comercial de bens um saldo negativo de 1.769,6 milhões de euros (-7,8 por cento do PIB), correspondendo a uma taxa de cobertura de 73,3 por cento. Já em 2014, as exportações atingiram 48.177,1 milhões de euros (27,8 por cento do PIB) e as importações ascenderam a 58.853,8 milhões de euros (34,0 por cento do PIB), correspondendo

a principal parceiro comercial de Portugal e, em sentido contrário, o "declínio" do peso relativo dos EUA. "Com a integração simultânea na CEE dos dois países ibéricos a proximidade geográfica começou a reflectir-se mais acentuadamente nas transacções comerciais de bens de Portugal", explica o instituto.

Assim, se em 1985 Espanha era o 6.º principal cliente de Portugal, com um peso de 4,1 por cento, a partir de 2000 passou a 1.º, tendo atingido um peso de 23,5 por cento em 2014.

Nas importações de bens, o aumento do peso de Espanha foi ainda superior: de 7,4 por cento em 1985 (5.º maior fornecedor de bens a Portugal) para 32,5 por cento em 2014 (principal fornecedor). Em sentido oposto, os EUA "perderam relevo" com a adesão de Portugal à CEE, em especial nas importações: em 1985, eram o 4.º maior cliente e o 2.º principal fornecedor de bens, com pesos superiores a 9 por cento, mas em 2014 já só ocupavam a 6.ª (peso de 4,4 por cento, -4,8 p.p. face a 1985) e a 10.ª posição (1,6 por cento, -8,2 p.p. face a 1985), respectivamente.

Em termos dos bens transaccionados, em 1985 Portugal exportava sobretudo vestuário, tecidos de malha, máquinas e aparelhos eléctricos, calçado e máquinas e aparelhos mecânicos, notando-se uma "mudança significativa" em 2014, com a perda de importância relativa do vestuário, tecidos de malha e calçado e o aumento dos veículos automóveis, combustíveis minerais e plásticos. No que respeita às importações, em 1985 os combustíveis minerais, as máquinas e aparelhos mecânicos, os veículos automóveis, as máquinas e aparelhos eléctricos e os cereais foram os principais bens comprados por Portugal, sendo que em 2014 apenas os cereais foram substituídos pelos plásticos como os principais produtos importados.

Conselho de Ministros de 7 de Maio de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta lei que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas.

Esta proposta visa consolidar num dos principais instrumentos legais de protecção das vítimas, a lei da violência doméstica, uma realidade dinâmica, que impõe um constante reforço dos mecanismos de protecção da vida e segurança das vítimas e o aprofundamento de medidas de apoio à sua reinserção no meio social e laboral.

Nesse sentido, procede-se à reorganização da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, com a integração de respostas, como o acolhimento de emergência, e reforçando os mecanismos de articulação das várias entidades que integram a rede.

De forma a reforçar a prevenção contra a violência doméstica, em particular dos homicídios é criada uma Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica, com o objectivo de serem adoptados novos procedimentos ou metodologias de natureza preventiva.

Em complemento das medidas de prevenção, a intervenção dos órgãos de polícia criminal é amplamente reforçada, prevendo-se expressamente que as forças e serviços de segurança adoptem procedimentos para a protecção policial das vítimas, a partir de um plano individualizado de segurança elaborado em função do nível de risco de reincidência, com base na nova ficha de avaliação de risco em violência doméstica.

Finalmente, para além do acesso preferencial das vítimas aos programas de formação profissional, consagra-se agora na lei a prioridade no acesso às ofertas de emprego e o atendimento prioritário, em condições de privacidade, nos centros de emprego e Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que define as regras do financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros, no continente, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros.

Propõe-se um modelo de financiamento, assente em critérios de risco e desempenho dos corpos de bombeiros, tendo como objectivo a sustentabilidade financeira das associações humanitárias de bombeiros, a estabilidade e previsibilidade das suas receitas, o fomento da melhoria contínua da capacidade operacional das associações humanitárias de bombeiros e a transparência na atribuição de financiamento público.

Pretende-se, assim, consolidar um modelo de financiamento que deu os seus primeiros passos em 2013 no âmbito do desenvolvimento das missões dos corpos de bombeiros situadas no universo do Ministério da Administração Interna.

3. O Conselho de Ministros aprova o caderno de encargos do processo de reprivatização da EMEF, Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., cujo capital social é integralmente detido pela CP, Comboios de Portugal, E.P.E. (CP, E.P.E.).

Este caderno de encargos regula os termos e as condições da venda directa de referência de acções representativas de até 100% do capital social da EMEF.

No âmbito da venda directa de referência, as acções a adquirir pelo proponente seleccionado são alienadas pela CP, E.P.E..

Entre os critérios de selecção das propostas estão, nomeadamente, a qualidade e credibilidade do projecto estratégico apresentado para a EMEF, S.A., com vista ao reforço da sua competitividade e eficiência, no quadro das actividades actualmente desenvolvidas para o sector ferroviário nacional e a promoção da sua internacionalização com vista à penetração noutros mercados à escala global, bem como o valor apresentado para a aquisição das acções representativas do capital social da EMEF, S.A.

Os trabalhadores da empresa poderão adquirir, em condições preferenciais relativamente às da venda directa de referência, acções representativas de até 5 % do capital social da EMEF, S.A..

O Governo colocará à disposição do Tribunal de Contas e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários todos os elementos informativos respeitantes a esta reprivatização.

4. O Conselho de Ministros aprovou o caderno de encargos do processo de reprivatização da CP Carga, Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., integralmente detido pela CP, Comboios de Portugal, E.P.E. (CP, E.P.E.).

Este caderno de encargos regula os termos e as condições da venda directa de referência de acções representativas de até 100% do capital social da CP Carga, Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A..

No âmbito da venda directa de referência, as acções a adquirir pelo proponente seleccionado são alienadas pela CP, E.P.E..

Dos critérios de selecção das propostas constam, nomeadamente: a qualidade e credibilidade do projecto estratégico apresentado para a CP Carga, S.A., com vista ao reforço da sua competitividade e desenvolvimento das suas actividades, designadamente a promoção de um projecto de internacionalização com vista à penetração noutros mercados à escala ibérica ou europeia, contribuindo assim para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional, em especial do sector exportador Português; o valor apresentado para a aquisição das acções representativas do capital social da CP Carga, S.A.; o compromisso no reforço da capacidade económico-financeira e estrutura de capital da CP Carga, S.A.; e o conhecimento e experiência técnica e de gestão demonstrados, no que respeita aos sectores dos transportes e logística ou a outros sectores de actividade considerados relevantes.

Os trabalhadores da empresa poderão adquirir, em condições preferenciais relativamente às da venda directa de referência, acções representativas de até 5 % do capital social da CP Carga, S.A..

O Governo colocará à disposição do Tribunal de Contas e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários todos os elementos informativos respeitantes a esta reprivatização.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma de proposta de lei sobre o novo regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias (RJOC) que disciplina o sector do comércio de artigos com metais preciosos e a prestação de serviços pelas contrastarias e que regula as actividades profissionais de responsável técnico de ensaiador-fundidor de metais preciosos e de avaliador de artigos com metais preciosos e gemológicos.

Esta proposta consagra um regime adaptado às disposições da Convenção sobre o Controlo e Marcação de Artigos de Metais Preciosos, e procura modernizar o sector com vista a proporcionar o desenvolvimento sustentável e transparente das actividades do comércio de artigos com metais preciosos e gemológicos.

É reforçado o conjunto dos mecanismos de fiscalização sancionatórios, de forma a desincentivar as práticas de crime de falsificação e receptação.

6. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico da actividade prestamista, procedendo-se à sua revisão com o objectivo de conferir maior equidade e justiça na relação entre o mutuante e o mutuário e de dar concretização às recomendações da Assembleia da República.

No novo regime jurídico estabelece-se um conjunto de elementos que devem figurar obrigatoriamente nos contratos de mútuo e prevê-se a adequação das taxas de juros às atuais realidades financeiras e determinam-se regras para a aferição da taxa de juro remuneratória, bem como para a comunicação ao mutuário do remanescente devido.

Elimina-se a possibilidade de venda dos bens dados em penhor através de proposta em carta fechada, por se ter revelado uma modalidade pouco transparente.

Procede-se ainda à simplificação de formalidades administrativas e de custos de contexto aplicáveis aos prestamistas.

7. O Conselho de Ministros aprovou um diploma visando a transposição de quatro directivas da União Europeia, alterando-se o regime jurídico dos fundos de pensões, o Código dos Valores Mobiliários, em matéria de prospecto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação,

e o Regime Geral dos Organismos de Investimento Colectivo no âmbito da prestação das actividades transfronteiriças dos gestores de organismo de investimento alternativos.

No que respeita ao regime jurídico dos fundos de pensões, as mudanças são feitas no elenco das entidades que podem gerir os activos de um fundo de pensões, passando a incluir as sociedades gestoras de organismos de investimento colectivo.

8. O Conselho de Ministros aprovou a adopção das medidas necessárias à aplicação do Regulamento da União Europeia relativo ao regime de controlo das exportações, transferências, corretagem, trânsito e assistência técnica de produtos de dupla utilização, que visa assegurar uma maior eficácia na prevenção da proliferação de armas de destruição maciça, bem como o respeito dos compromissos e das responsabilidades internacionais por parte dos Estados-Membros.

Por produtos de dupla utilização entendem-se quaisquer produtos, incluindo suportes lógicos e tecnologia, que possam ser utilizados tanto para fins civis como para fins militares e que, se utilizados para fins não pacíficos, designadamente na produção de armamento convencional e de armas de destruição maciça, podem pôr em risco a estabilidade, a segurança e a paz mundiais.

Procede-se, igualmente, à implementação da Acção Comum do Conselho Europeu sobre o controlo da assistência técnica relacionada com certas utilizações finais militares.

9. O Conselho de Ministros aprovou as regras a que obedece a constituição e o funcionamento dos Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE), regulando o seu estatuto, as suas competências, a sua constituição e o seu funcionamento.

Pretende-se tornar mais efectivo e interveniente o papel da comissão pedagógica no funcionamento dos CFAE, enquanto estrutura de apoio à direcção, tendo em vista uma maior adequação do trabalho às necessidades e prioridades de formação contínua das escolas e dos seus profissionais, através de uma separação entre a direcção estratégica e o trabalho de coordenação, supervisão e monitorização das dinâmicas internas dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas.

10. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que procede à configuração do sistema de ensino não superior de matriz militar, à definição das atribuições, das competências e da estrutura orgânica da Direcção de Educação do Exército, bem como à aprovação do Estatuto dos Estabelecimentos Militares de Ensino não superior do Exército.

Com base na experiência acumulada, estabeleceu-se como ponto fulcral da reforma operada nos Estabelecimentos Militares de Ensino não superior do Exército (EME), a redefinição, numa lógica integrada e sistémica, das funções da Direcção de Educação do Exército, reforçando-a e atribuindo-lhe competências de coordenação e harmonização da gestão pedagógica e da racionalização da administração escolar dos EME.

Neste diploma, que conclui a reforma do ensino não superior de matriz militar, é ainda promovida a desafectação do domínio público militar dos imóveis adstritos ao funcionamento do Instituto de Odivelas, visando a sua futura fruição pela comunidade.

11. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao diploma que regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira e estabelece o regime sancionatório aplicável às infracções praticadas na orla costeira, no que respeita ao acesso, circulação e permanência indevidos em zonas interditas e respectiva sinalização.

Trata-se de uma alteração de carácter pontual e específico que visa a resolução dos processos de contra-ordenação que se encontram pendentes e não prejudica a revisão global deste diploma, a realizar oportunamente, em função das bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, bem como do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

12. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da actividade cinegética.

Este diploma visa a simplificação e modernização da actividade administrativa relacionada com a obtenção da habilitação necessária para o exercício da caça, eliminando as especificações da carta de caçador, passando esta a depender apenas da aprovação em exame e do pagamento da taxa respectiva.

Por outro lado, são consagradas as medidas necessárias à adequada protecção das zonas húmidas e das aves aquáticas no contexto da caça, impostas no cumprimento dos compromissos que vinculam Portugal internacionalmente, decorrentes da ratificação da Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas.

13. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao diploma que cria a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, bem como do diploma que cria um conjunto de unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental.

Estas alterações visam clarificar que as unidades e equipas em cuidados paliativos deixam de estar integradas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, estando incorporadas nesta Rede, e coordenadas pelas mesmas estruturas, as unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental.

14. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da composição da delegação nacional no Comité das Regiões, proposta ao Conselho da União Europeia.

Esta decisão decorre do facto de dois membros efectivos e um membro suplente do Comité das Regiões não serem já titulares de mandato eleitoral, em razão da renúncia de presidente da Câmara Municipal de Lisboa e da realização de eleições para os órgãos da região autónoma da Madeira, procedendo-se, por isso, à correspondente substituição.

Foram consultados o Governo da Região Autónoma da Madeira e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

15. O Conselho de Ministros aprovou, para o corrente ano, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público.

A distribuição das indemnizações compensatórias é feita conforme os quadros em anexo, sendo apresentada a evolução registada desde 2012.

16. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que autoriza o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P., a celebrar contratos relativos à segunda geração programas obrigatórios de satélites previstos pela Convenção Eumetstat (Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos) e a realizar a despesa relativa às quotizações de base e dos Programas de Satélites pelo montante total de cerca de 77,758 milhões de euros.

Esta aprovação é da maior relevância, dadas as responsabilidades do país no quadro europeu e em particular na região atlântica, sendo de responsabilidade nacional assegurar informação meteorológica para apoio à navegação aérea e marítima.

17. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação de um vogal executivo do conselho directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., por cessação de funções de um dos vogais.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre esta nomeação.

18. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração à Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

Esta alteração decorre da exoneração do Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna, verificada em 22 de Abril de 2015, e da não substituição do mesmo.

Líder do PS tentou condicionar a liberdade de imprensa

O PSD acusou o secretário-geral do PS de tentar condicionar a liberdade de imprensa, numa alusão à mensagem enviada por António Costa a um director-adjunto do Expresso, e desafiou os socialistas a pronunciarem-se sobre o caso. Este desafio aos socialistas foi lançado pelo líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, na sua interpelação ao Primeiro-Ministro, durante o debate quinzenal no parlamento, que antecedia a intervenção do PS.

“Quando o doutor António Costa tenta coagir, condicionar ou intimidar o exercício da liberdade de imprensa, o prenúncio merece uma denúncia clara. Onde está o PS que tanto fustigou, por exemplo, o ex-ministro Miguel Relvas, que chamou ao parlamento para explicar o conteúdo de um pretenso telefonema? Onde está esse PS? Onde estão as vozes que, muitas vezes de forma rápida e habitual, emergem para falar da liberdade de imprensa?”, questionou Luís Montenegro.

Sustentando que há “uma duplicidade de critérios”, o líder parlamentar do PSD acrescentou: “Eu pergunto ao PS se assume essa duplicidade de critérios. O doutor António Costa tem um direito especial que outros não tiveram ou não têm? O doutor António Costa tem a anuência do PS para intimidar jornalistas que escrevem coisas que o doutor António Costa não gosta?”.

Perante protestos da bancada socialista, Luís Montenegro afirmou: “É, senhores deputados, eu lanço estas perguntas e lanço esta reflexão. O PS e o senhor doutor António Costa reconhecem humildemente esse excesso ou assumem definitivamente uma postura de arrogância democrática?”.



No artigo de opinião que terá levado o secretário-geral do PS a enviar esta mensagem, João Vieira Pereira considerava que o plano macroeconómico dos socialistas estava “muito mais à direita do PS do que seria de esperar”, e contribuía para centrar o debate nas políticas económicas, “só que ao estilo PS”, e acusava a liderança socialista de “falta de coragem”. “Nada como pedir a uns independentes que façam umas contas que não comprometem ninguém. Se correr bem o partido tinha razão. Se correr mal eram apenas umas ideias loucas de uns economistas bem-intencionados. Esta falta de coragem é a mesma que levou Sampaio da Nóvoa a avançar sozinho. Uma espécie de “vai andando que eu já lá vou ter”. A política do tubo de ensaio. Cheia de falta de coragem e reveladora da ausência de pensamento político consistente”, refere a crónica, publicada no dia 25 de Abril.

Maioria prevê terminar legislação sobre cobertura eleitoral em semanas

A maioria PSD/CDS-PP acredita ser possível terminar o processo legislativo sobre a cobertura eleitoral “nas próximas semanas”, revelou o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, afastando quaisquer “planos de cobertura” ou “comissão mista” fiscalizadora.

“Deste projecto não consta nem vai constar nenhuma obrigatoriedade de plano de cobertura jornalística, que tenha de ser apresentado, nem vai constar a constituição de uma comissão mista para fiscalizar o cumprimento das disposições legais”, disse o deputado social-democrata no Parlamento, após reunião com a Plataforma de Media Privados.

O líder parlamentar do PSD rejeitou que se veja neste caso “uma questão de trica política” ou “uma questão pessoal”, defendendo: “Corresponde à linha que define de uma forma inexorável toda uma cultura de poder, e isso interessa a todos, e interessa à democracia”.

Em causa está uma mensagem enviada por sms por António Costa ao director adjunto do Expresso João Vieira Pereira, que a divulgou, revelando tê-la recebido em reacção a uma crónica sua sobre o plano macroeconómico do PS.

“Senhor João Vieira Pereira. Saberá que, em tempos, o jornalismo foi uma profissão de gente séria,

informada, que informava, culta, que comentava. Hoje, a coberto da confusão entre liberdade de opinar e a imunidade de insultar, essa profissão respeitável é degradada por desqualificados, incapazes de terem uma opinião e discutirem as dos outros, que têm de recorrer ao insulto reles e cobarde para preencher as colunas que lhes estão reservadas. Quem se julga para se arrogar a legitimidade de julgar o carácter de quem nem conhece? Como não vale a pena processá-lo, envio-lhe este SMS para que não tenha a ilusão que lhe admito julgamentos de carácter, nem tenha dúvidas sobre o que penso a seu respeito. António Costa”, é o conteúdo da mensagem do secretário-geral do PS tornado público pelo “Expresso”.



O PS clamava por um segundo resgate, o Governo reformava o SNS

“Se houve um momento soberano na história do nosso país foi a criação do SNS. Mas nós tivemos um segundo momento soberano: estes quatro anos de governação em que o SNS foi reformado e salvaguardado de forma sustentada. E isto aconteceu no pior dos momentos: em que o país estava com um programa de assistência, programa negociado pelo PS, num momento em que o PS desresponsabilizou-se da palavra dada, num momento em que o PS desejou que tivesse havido um segundo resgate, num momento em que o PS clamou por uma espiral recessiva e em que o PS saneou qualquer compromisso em benefício do SNS. Mas agora o seu líder, aproveitando-se dos resultados obtidos, começa já a fazer um conjunto de promessas”. Estas foram as palavras iniciais do deputado do PSD, Miguel Santos, no debate de urgência sobre a situação da Saúde em Portugal.

Depois de recordar que os indicadores de saúde estão aos melhores níveis de sempre, entre outras medidas implementadas e obras feitas pelo Executivo, o vice-presidente da bancada do PSD centrou a sua intervenção no documento “Uma década para Portugal” dos socialistas. Frisando que o documento baseia-se no pressuposto de que o país está disponível para embarcar novamente numa aventura, Miguel Santos recordou que ele não faz uma referência ao sector da saúde. “Os senhores apresentam-se neste debate com o cadastro de ter enterrado o país e escudados num relatório de 95 páginas em que não têm uma medida, uma proposta, uma ideia para o sector da saúde”, rematou o parlamentar.



Descida de impostos dinamizaria a economia



O presidente do PSD/Açores considera "muito positiva" a descida do desemprego na região, tal como já tinha sido previsto pelos sociais-democratas açorianos durante os debates do Plano e Orçamento, realizados em Novembro do ano passado no parlamento regional. "Esta descida do desemprego não é uma novidade. No final do ano passado disse aos açorianos que tudo indicava que 2015 ia ser um ano melhor do que o de 2014 e o que os números demonstram é que efectivamente este ano vai ser melhor do que o ano passado".

Duarte Freitas, que falava à comunicação social à margem de uma visita às novas instalações da Casa do Povo de Rabo de Peixe, dia 7, congratulou-se, por isso, "por verificar o PSD/Açores tem defendido e trabalhado em boas soluções para os açorianos e em boas propostas para que a economia dos Açores consiga responder aos grandes desafios que enfrenta".

"A descida dos impostos dos açorianos e a abertura do espaço aéreo são medidas que dinamizam a economia e que contribuem para a criação de emprego" salientou o líder dos sociais-democratas açorianos constatando, no entanto, "que ainda existe um elevado número de açorianos em programas ocupacionais e de formação, o que demonstra que a economia regional tem ainda problemas por resolver".

"Estas mudanças, concretizadas com trabalho do PSD/Açores, vão permitir que a situação possa continuar a melhorar", afirmou ainda Duarte Freitas destacando, no entanto, "que a realidade mostra que temos muito trabalho ainda a fazer nos Açores para vencer a maior crise social de sempre".

A esse propósito, Duarte Freitas salientou que "os sociais-democratas açorianos têm apresentado boas propostas sociais e ficamos satisfeitos sempre que elas são implementadas pelo governo regional, porque isso significa que estamos a ajudar os açorianos a viver melhor".

Plano Integrado ProSucesso confirma 18 anos de insucessos da educação açoriana

O PSD/Açores considera que a recente criação do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar (ProSucesso) vem confirmar "18 anos de insucesso da governação socialista na Educação açoriana", dando razão "aos muitos alertas que a oposição, nomeadamente o PSD, fez ao longo de todo este tempo, os quais, invariavelmente, os governos do PS desvalorizaram e apelidaram mesmo de alarmismos. Infelizmente, a prova está à vista", acusa a deputada Judite Parreira.

Segundo a social-democrata, "foi o próprio presidente do Governo Regional a admitir, na apresentação deste plano, que persistem nos Açores elevados níveis de insucesso, de retenções e de abandono escolar, os mais altos do país", lembrou. "Não podemos deixar de lamentar os recursos desperdiçados e o prejuízo causado aos jovens açorianos atingidos por este flagelo. Até porque o presidente do governo já referiu que os resultados deste plano não serão instantâneos, prometendo resultados dentro de 10 anos, ou seja, foi mesmo muito tempo perdido", avança Judite Parreira.

"O Governo Regional pede agora a colaboração de todos, mas esquece que estiveram sempre todos disponíveis para colaborar, desde os docentes à sociedade em geral, passando pelos partidos da oposição. O governo é que nunca os quis ouvir, e nem sequer na elaboração deste documento o fez", critica a deputada.

Falando concretamente sobre o ProSucesso, Judite Parreira não duvida "da sua bondade, nem da capacidade de quem o elaborou", mas entende que "devem se disponibilizados às escolas os recursos necessários à sua operacionalização, ou este será apenas mais um plano", refere.

"É o próprio PS, no governo há 18 nos Açores, e responsável pela situação do sistema educativo da Região, a afirmar que não podemos manter estes níveis de insucesso, e que é inadiável fazer mais e melhor. Exactamente o que esse mesmo PS não foi capaz de fazer", acrescenta.

Judite Parreira espera também que este documento e esta estratégia "não sejam um regresso a soluções de facilitismo e sucesso imposto, à semelhança do que aconteceu no passado, com medidas introduzidas pelo



PS, cujos resultados estamos hoje a colher".

A deputada do PSD/Açores conclui, referindo que o partido "também não se resigna perante o insucesso escolar, que coloca em causa o futuro de gerações de jovens açorianos".

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director-Interino: JOÃO CORDEIRO PEREIRA

Cavaco Silva ao encerrar o debate

Não podemos desperdiçar a oportunidade de caminhar no sentido do progresso

«A execução do Orçamento permitirá alcançar um crescimento expressivo da economia portuguesa, uma forte expansão do investimento, uma subida significativa do poder de compra das famílias, uma maior equidade na distribuição do rendimento» — afirmou o Primeiro-Ministro ao encerrar, quinta-feira, na Assembleia da República, o debate sobre o Orçamento do Estado para este ano.

Além disso, acrescentou Cavaco Silva, a execução do Orçamento «criará condições para que, no médio prazo, possa ser significativamente reduzido o desemprego e sejam atenuados os desequilíbrios de desenvolvimento entre as diferentes regiões do País».

Para já, e tal como anunciou o Primeiro-Ministro, há a registar uma baixa nos preços do gasóleo, do fuel-óleo, do gaz propano e butano, do gaz em garrafa e do petróleo iluminante. Se o Orçamento não sofrer grandes alterações, aquando da apreciação na especialidade, o Governo baixará ainda o preço do leite e apresentará uma proposta para a extinção do imposto de camionagem.

Cavaco Silva disse, ainda, ser possível baixar a inflação para 12 por cento, este ano. Neste sentido, apelou a todos — Governo, Oposição, trabalhadores, empresários e con-

Orçamento do Estado aprovado na generalidade

sumidores — para que não recusem o seu contributo para o progresso do País.

Quanto aos trabalhadores, alertou-os para os seus «falsos defensores», que mantêm o País no caminho do empobrecimento, chamando ainda a atenção dos empresá-

rios para a necessidade de fixarem preços concordantes com a política de combate à inflação.

A seguir transcrevemos, na íntegra, a intervenção de Cavaco Silva.

Página 3



II CONGRESSO NACIONAL DOS TSD CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do ponto 2 do artigo n.º 29 dos Estatutos e conforme o disposto no Regulamento Eleitoral aprovado em Conselho Nacional do passado dia 9/11/85, convoco o II Congresso Nacional dos TSD a realizar nos próximos dias 11, 12 e 13 de Abril, em Tróia, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

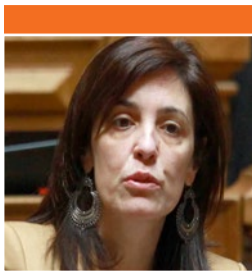
1. Relatório de actividades do Secretariado Nacional.
2. Alteração dos Estatutos.
3. Estratégia e linha político-sindical.
4. Eleição dos órgãos nacionais.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 1986

O Presidente da Mesa do Congresso
(Joaquim Fernandes Marques)

DELEGADOS E OBSERVADORES AO XIII CONGRESSO NACIONAL DO PSD

Páginas 8 e 9



A folha em branco de António Costa

Rosa Arezes (*)

Nem mais, nem menos! Na sua euforia populista (ou no desespero de quem sente o chão a fugir-lhe), António Costa não para de nos surpreender. Já não é só o leilão de promessas infundadas, o semear das ilusões fáceis que no passado nos levaram ao abismo da bancarrota. Já não é só – e já seria demais! – o regresso da famigerada “festa” socialista. Agora, à “festa” parece querer juntar a fantasia.

De facto, só num momento de delírio é que o líder do PS se pode ter atrevido a acusar o Governo de, ao chegar ao poder, ter achado “que o País é uma folha em branco onde é preciso escrever tudo de novo”.

Uma folha em branco? Como tudo seria diferente se tal afirmação correspondesse à verdade. Mas não! Em vez de uma folha em branco, o que este Governo liderado por Pedro Passos Coelho encontrou foi um País no limiar da falência. Foi um País vergado aos pés da Troika, que os socialistas chamaram. Foi o garrote do “memorando”, que o Governo cor-de-rosa negociou e o atual teve de cumprir, numa gesta patriótica em que os Portugueses deram provas de uma coragem notável e de um sentido de responsabilidade insuperável.

Em vez de uma folha em branco, o que este Governo encontrou foi o descalabro das contas públicas. Engenharias financeiras e armários e armários cheios de esqueletos. Negócios ruinosos – há quem diga, criminosos! – e a fatura indecente da “festa” socialista. Foi o peso de uma dívida brutal que só no ano passado nos custou, só em juros, perto de oito mil milhões de euros.

António Costa só pode, portanto, estar a delirar, ensaiando uma narrativa à sua maneira, como se fosse possível branquear o passado. É assim que o líder cor-de-rosa vê e constrói a realidade, como se tudo fosse uma folha em branco onde ele (re)escreve, ao sabor da conveniência do momento. E aí de quem sair do guião da sua fantasia e se desviar da ortodoxia oficial da rosa.

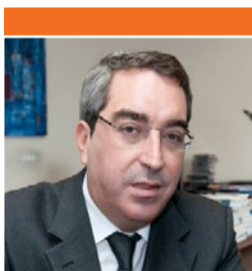
António Costa trata logo de o insultar, de o condicionar, de insinuar, nem que seja com uma mensagem SMS, tal como aconteceu recentemente a um diretor-adjunto de um semanário, cujo diretor é, aliás, seu irmão. E fê-lo pela noite do dia 25 de Abril, certamente em nome da “sua” liberdade.

Assim mesmo, porque é necessário que fique claro: para esta gente do Largo do Rato, a liberdade de expressão e o pluralismo, a tolerância e o respeito democrático são princípios sagrados. Mas apenas para se aplaudir as suas posições e se bajular as suas opções. É assim que faz a “boa imprensa”... Foi assim que fizeram noutros tempos!

Bem pode o líder socialista dizer que isto é um “não caso”. Bem podem os fazedores oficiais da opinião publicada branquear o assunto. Mas que isto é um “caso sério” ai isso é. E que faz pensar no que ele seria capaz se, porventura, um dia, chegasse ao poder.

Também aqui, temos a pobreza do regresso do “animal feroz” (versão II), de tão triste memória. E com a mesma tralha...

(*) Deputada do PSD



Mobilizar o Futuro

Jaime Quesado (*)

Portugal está de parabéns. O sucesso do Centro de Inovação e Laboratorial da Fundação Champalimaud, mesmo junto ao Tejo, é um exemplo muito concreto do que devem ser as respostas positivas ao nosso futuro colectivo. O Investimento da Fundação Champalimaud veio demonstrar que há uma capacidade muito concreta de Portugal e dos seus principais protagonistas conseguirem “agarrar” com sucesso a decisiva Rota da Inovação e desta forma alterar duma vez por todas o Modelo de Desenvolvimento Económico para o futuro. Por isso, com esta escolha de Champalimaud fica claro para todos que só há um regresso possível – o do futuro e protagonizado por todos.

Portugal precisa efectivamente de alavancar esta aposta da Fundação Champalimaud, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara – há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos Sectores Competitivos em que actuar; selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de “redes activas” de comercialização das competências existentes para aposta em Investimento de Inovação. Com o exemplo da Fundação Champalimaud, não podemos parar.

O Investimento em Inovação desempenha no momento presente um papel de alavancagem da mudança único. Portugal precisa de forma clara de conseguir entrar com sucesso no roteiro do Investimento de Inovação associado à captação de Empresas e Centros de I&D identificados com os sectores mais dinâmicos da economia – Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Automóvel e Aeronáutica, entre outros. Trata-se duma abordagem distinta, protagonizada por “redes activas” de actuação nos mercados globais envolvendo os principais protagonistas sectoriais (Empresas Líderes, Universidades, Centros I&D), cabendo às agências públicas um papel importante de contextualização das condições de sucesso de abordagem dos clientes.

Uma Nova Economia, capaz de garantir uma Economia Nova sustentável, terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que o “IDE de Inovação” é vital na atracção de Competências que induzam uma renovação activa estrutural do tecido económico nacional; mobilizar de forma efectiva os “Centros de Competência” para esta abordagem activa no Mercado Global – mas fazê-lo tendo em atenção critérios de racionalidade estratégica definidos à partida, segundo opções globais de política pública, que tenham em devida atenção a necessidade de manter níveis coerentes de coesão social e territorial. A Fundação Champalimaud está para ficar. Num tempo global em que a aposta no valor e na competitividade devem ser uma motivação colectiva da sociedade portuguesa, aí está um exemplo a seguir.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Amadora, para reunir, no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Av.11 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00.

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Esposende, para reunir, no próximo dia 22 de Maio de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Largo Dr. Fonseca Lima, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política local e nacional – Legislativas 2015
- 3 – Outros assuntos

LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa (Algarve) para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 21 de Maio de 2015, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita rua Joaquim Eugénio Júdice, 3, 1ºesq., Lagoa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovação das Contas do PSD Lagoa relativas ao exercício de 2014, conforme a al. d) do Art.º 53º dos Estatutos.
- 2 - Outros assuntos.

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Lisboa para reunir no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado) pelas 18h00, no Hotel Sana Marquês, sito na Av. Fontes Pereira de Melo, 8, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

- Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas de candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco nº 3, até às 24h00, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Distrital aberta naquele dia, até às 24h00 horas.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para reunir, em ses-

são extraordinária, no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B – Ericeira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

NÚCLEO CENTRAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Central de Lisboa para reunir no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado) pelas 18h00, no Hotel Sana Marquês, sito na Av. Fontes Pereira de Melo, 8, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos da Comissão Política do Núcleo

Notas:

- As listas de candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco nº 3 - B, até às 24h00, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Distrital aberta, naquele dia, até às 24h00 horas.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

NÚCLEO OCIDENTAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental de Lisboa para reunir no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado) pelas 18h00, no Hotel Sana Marquês, sito na Av. Fontes Pereira de Melo, 8, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos da Comissão Política do Núcleo

Notas:

- As listas de candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco nº 3 - B, até às 24h00, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Distrital aberta, naquele dia, até às 24h00 horas.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

NÚCLEO ORIENTAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Oriental de Lisboa para reunir no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado) pelas 18h00, no Hotel Sana Marquês, sito na Av. Fontes Pereira de Melo, 8, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos da Comissão Política do Núcleo

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco nº 3 - B, até às 24h00, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Distrital aberta, naquele dia, até às 24h00 horas.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra, para reunir, no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº 7 – Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Franca de Xira, para reunir, no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Rua da Praia, 63, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00.

VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vouzela, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Maio de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, no Auditório Municipal 25 de Abril, sito na Alameda D. Duarte de Almeida, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Outros assuntos



RECOMENDAÇÃO

Considerando a preparação das eleições legislativas deste ano e a conveniência de que os órgãos de direcção política da JSD nos diversos escalões estejam em pleno funcionamento e estabilidade, a fim de maximizar a capacidade de resposta aos desafios que enfrentamos;

Consequentemente e à semelhança de procedimentos adotados em anos anteriores, a Comissão Política Nacional Permanente, sob proposta da Secretária-Geral, reunida em 5 de Maio de 2015, recomenda aos órgãos competentes da JSD:

- Que não se realizem eleições para os órgãos da JSD entre os dias 1 de Julho e 15 de Novembro de 2015.

A COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL PERMANENTE DA JSD Lisboa, 5 de Maio de 2015

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA A.O.

Conforme disposto nos Estatutos da JSD e demais Regulamentos aplicáveis venho por este meio convocar o Conselho Distrital da JSD Lisboa Área Oeste para reunir no dia 30 de Maio de 2015, sábado, pelas 21:00h na sede concelhia do PSD Lourinhã, cito na Urbanização Parque Desportivo - Lote 27 C/v, 2530 - 105 LOURINHÃ, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política concelhia, distrital e nacional.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Ponte da Barca para reunir, a realizar no dia 6 de junho, Sábado, pelas 21H30, no Auditório da Junta da União de Freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas, sita na freguesia de Crasto, Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Eleições Legislativas 2015;
- 2. Análise da situação política local, distrital e nacional.